

Identidade, voto partidário e eleições presidenciais no Brasil (1994-2010)

Fernando Augusto Bizzarro Neto¹

Resumo: O trabalho busca identificar a correlação entre a votação de legendas nas eleições para a Câmara Federal e as candidaturas presidenciais. O objetivo é demonstrar como os partidos dos principais candidatos a Presidente têm servido como atalhos downsianos para os eleitores na definição do voto nas eleições legislativas no período entre 1994 e 2010, a despeito das diferenças nos índices de identificação partidária.

Palavras-chave: Voto partidário; eleições presidenciais; identificação partidária, partidos políticos;

¹ Bacharel em Ciências Sociais, modalidade Ciência Política. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política IFCH / UNICAMP. Email: fbizzarroneto@gmail.com

Identidade, voto partidário e eleições presidenciais no Brasil (1994-2010)

Fernando Augusto Bizzarro Neto

Dias após o primeiro turno das eleições gerais de 2010, a edição *on-line* do jornal *O Globo* veiculava uma matéria que apresentava e analisava os resultados nacionais obtidos pelos partidos políticos nas eleições para Deputado Federal². Especificamente, a matéria tratava de analisar a evolução do voto de legenda obtido por cada partido no período entre as eleições de 2002 e 2010. Para isso, a matéria contava com a colaboração de cientistas políticos que analisaram os resultados e teceram comentários sobre as evidências encontradas.

Um desses comentários era aparentemente óbvio. Nas palavras atribuídas pela matéria ao comentarista, “o voto de legenda reflete a identificação partidária”. De fato, em um sistema marcado pelo personalismo e no qual os partidos têm pouca tradição de estruturar o voto dos eleitores, o eleitor que se dispõe a dedicar seu voto nas eleições proporcionais à legenda de um partido e não a um candidato dentre os vários disponíveis, deve fazê-lo justamente por dispor de identidade suficientemente forte para com esse partido (Samuels, 1997). Nesse sentido, os votos de legenda devem mesmo refletir a identidade partidária de parte dos eleitores.

No entanto, quando comparamos os resultados obtidos pelas legendas partidárias nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados com os índices de identidade partidária declarada pelos eleitores obtidos através de pesquisas de tipo survey, percebemos que os votos de legenda não “refletem” como esperado os índices de identidade partidária. Partidos com os quais poucos eleitores declaram ter identidade partidária obtêm, proporcionalmente, quantidades muito mais significativas de voto de legenda ao longo de todo o período.

O objetivo desse trabalho é compreender exatamente essa aparente incongruência entre os resultados esperados teoricamente para os votos de legenda dos partidos brasileiros e os resultados efetivos obtidos por esses partidos. Quais os partidos que contradizem as expectativas? Quais as peculiaridades do desenvolvimento eleitoral-

²<http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2010/mat/2010/10/15/cai-numero-de-votos-para-legenda-922802615.asp>. Acessado em 10 maio 2011, às 22h08min.

partidário brasileiro que podem nos ajudar a compreender essa incongruência? Como entender esse fenômeno teoricamente de forma a construir uma explicação capaz de dar conta dos vários partidos nas diferentes eleições? Essas são as questões que estão colocadas aqui.

O voto de legenda no Brasil

O sistema eleitoral brasileiro é organizado em dois formatos distintos nos vários níveis do sistema político. Cargos executivos como Prefeitos, Governadores e Presidentes da República são eleitos por sistema majoritário. Esse formato também é utilizado para eleger os Senadores da República. Simultaneamente, os cargos no poder legislativo em seus diferentes níveis federativos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, são eleitos em sistema de representação proporcional de lista aberta. Nesse sistema, as cadeiras são alocadas proporcionalmente à quantidade de votos obtidos pela coligação e os candidatos que ocuparão essas cadeiras são ordenados pela quantidade de votos que recebem diretamente do eleitorado (e não por parâmetros prévios estabelecidos pelos partidos que definem tal ordem, como no sistema de lista fechada).³

Em outras palavras, a lógica do sistema eleitoral proporcional de lista aberta prevê que o voto do eleitor cumpra uma dupla função: a primeira é declarar seu apoio a uma coligação⁴ em específico, o que será utilizado para definir a quantidade de cadeiras alocadas para tal coligação; além disso, o sistema de lista aberta permite que o eleitor defina entre os candidatos da coligação apoiada aquele que prefere que seja o primeiro na ordem de ocupação das cadeiras alocadas.

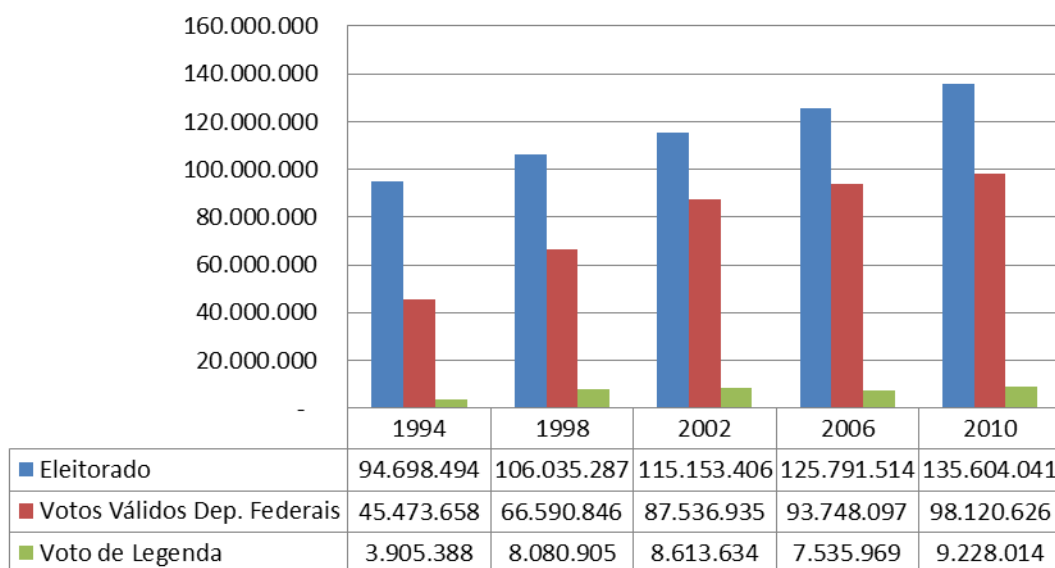
Entretanto, essa segunda função que o sistema eleitoral proporcional de lista aberta embute na decisão do eleitor não é obrigatória. O eleitor pode decidir exclusivamente declarar seu apoio a um partido, deixando de lado a função de escolher o candidato que ocupará o primeiro lugar na lista para a alocação das vagas. Tal opção é chamada “voto de legenda” e caracteriza-se pelo voto do eleitor especificamente no partido político quando da eleição proporcional.

³ Para uma explicação mais detalhada dos diferentes formatos dos sistemas eleitorais, ver Tavares (1994) e Nicolau (2004).

⁴ No caso brasileiro, as regras eleitorais permitem coligações também nas eleições proporcionais. Dessa forma, o cálculo para a alocação da quantidade de cadeiras por partido é realizado tomando por base a quantidade de votos das coligações estabelecidas e não dos partidos individualmente.

O Gráfico 1 apresenta a evolução desse tipo de voto em todo o país frente à evolução do eleitorado e dos votos válidos para Deputado Federal no período 1994-2010.

Gráfico 1 - Evolução do Voto de Legenda no Sistema Eleitoral Brasileiro (1994-2010)



Fonte: IPEADATA, TSE, O Globo.

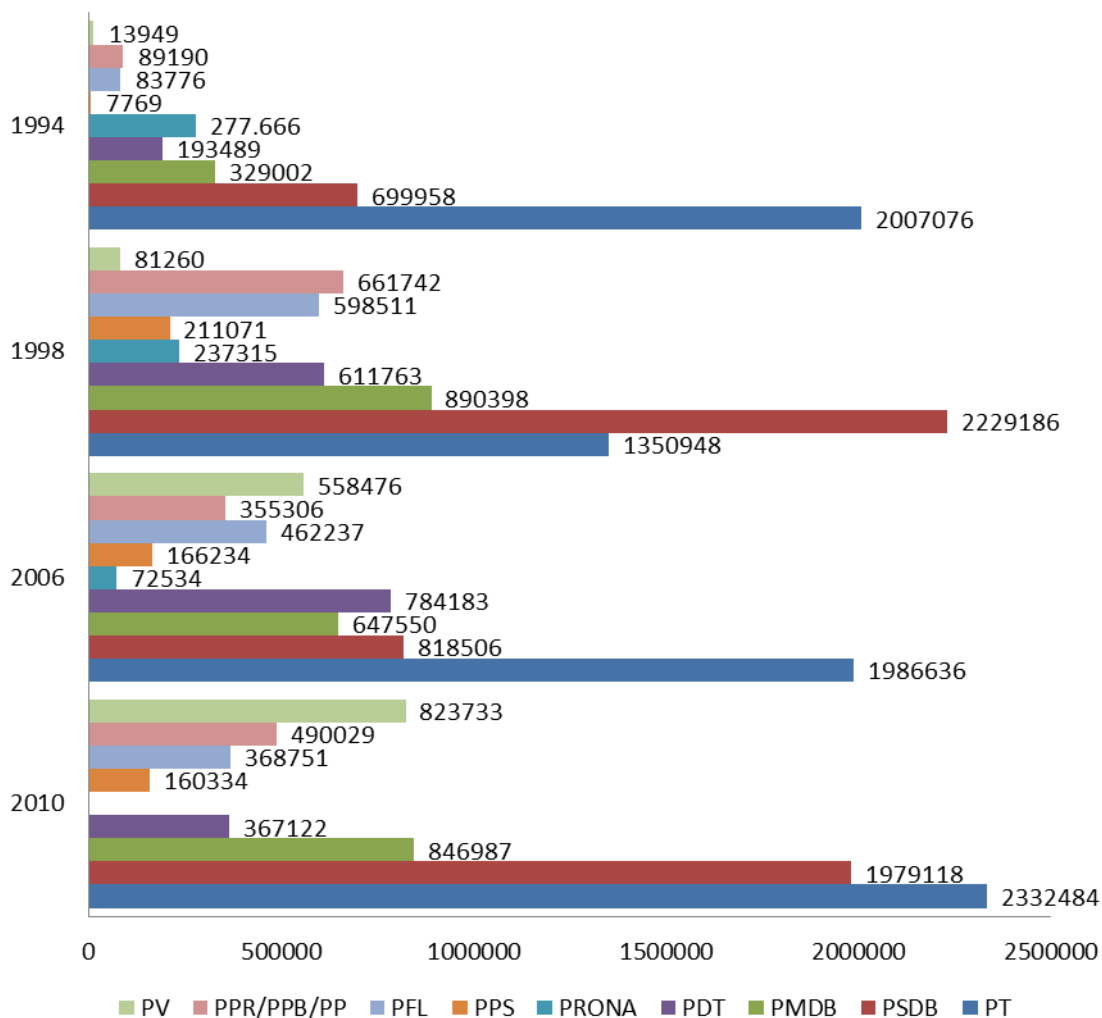
Os dados apontam, primeiramente, o aumento do número total de votos em legenda, acompanhando o aumento do número total de votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados principalmente em 1998. Os votos válidos para Deputado Federal nas eleições em 1994 corresponderam a 48% do eleitorado. A partir de 1998 essa proporção aumenta significativamente, atingindo 62,8% em 1998, 76% em 2002, 74,5% em 2006 e 72,3% em 2010. Entre 1994 e 1998 os votos de legenda acompanharam esse crescimento, saltando de pouco menos que 4 milhões de votos em 1994 para mais de 8 milhões em 1998, patamar em torno do qual passaria a oscilar desse momento em diante.

Quando analisamos as proporções de votos de legenda no cômputo geral dos votos válidos no período, é possível perceber significativa estabilidade dessa modalidade de voto. Ainda que o total de votos de legenda tenha aumentado, sua participação no total dos votos válidos oscilou em torno dos 9% em todo o período (8,5% em 1994, 12,1% em 1998, 9,8% em 2002, 8% em 2006 e 9,4% em 2010).

Para compreender melhor os resultados podemos desagregar os dados do Gráfico 1 por partido. O Gráfico 2 apresenta o número total de votos de legenda dos partidos que mais receberam votos desse tipo nas eleições de 1994, 1998, 2006 e 2010.

Os dados referentes às eleições de 2002 não estão sistematizados individualmente no TSE e portanto não constam da tabela.

Gráfico 2 - Voto de Legenda por partido - eleições para Câmara - 1994, 1998, 2006, 2010



Fonte: TSE

Dos dados reunidos no Gráfico 2 é possível destacar inicialmente a estabilidade das boas votações que as legendas PT e PSDB obtém em todo o período. Nas quatro eleições cujos dados estão disponíveis os dois partidos foram os maiores ganhadores de votos de legenda no país (o PT obteve a maior quantidade de votos de legenda em 1994, 2006 e 2010 e o PSDB obteve o mesmo resultado em 1998). Além dos dois partidos, destacam-se os bons resultados da legenda do PMDB nas votações para as eleições de Deputados Federais. Em 1994, 1998 e 2010 a legenda do partido foi a terceira mais votada. Em 2006, o partido obteve a quarta maior votação, atrás de PT, PSDB e PDT.

Sabendo que a utilização exclusiva do número total de voto de legenda por partido poderia esconder elementos interessantes dos resultados eleitorais no período, a Tabela 1 apresenta a participação dos votos de legenda de cada partido em seu total de votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados no período e também a votação total dos partidos (%).

Tabela 1 - Participação dos votos de legenda na composição do total de votos válidos por partido e votação total dos partidos (%) 1994 – 2010

Partido	% V.Legenda no total do Partido				% Partido no Total			
	1994	1998	2006	2010	1994	1998	2006	2010
PMDB	3,6	8,8	5,1	6,7	20,3	16,0	14,5	12,9
PT	33,1	16,8	14,5	14,1	12,8	12,7	15,6	16,8
PSDB	10,9	19,5	6,9	17,2	13,9	18,1	13,4	11,7
PFL / DEM	1,4	5,2	4,7	5,1	12,9	18,3	11,2	7,4
PPB / PP	2,1	10,9	6,1	6,8	9,4	9,6	6,7	7,3
PDT	5,3	16,3	17,4	7,6	7,2	5,9	5,1	4,9
PSB	2,1	7,1	2,9	4,3	2,2	3,5	6,6	7,0
PTB	2,3	10,1	5,9	6,2	5,2	5,1	4,3	4,2
PL / PR	2,2	7,5	5,0	3,6	3,5	2,6	4,4	7,5
PV		35,9	17,2	22,2		0,4	3,7	3,8
PPS	2,9	24,4	4,6	6,3	0,6	1,4	4,1	2,6
PcdoB	1,8	6,2	5,7	7,4	1,2	1,4	2,2	2,8
PSC	6,5	17,3	5,8	3,0	0,5	0,7	1,4	3,1
PSOL			29,1	15,2			1,2	1,2
PRB			24,0	5,7			0,3	1,8
PRONA	81,7	43,2	8,1		0,7	0,9	1,0	
PMN		18,1	8,4	5,4		0,4	1,0	1,1
PTC			6,5	5,2			0,9	0,6
PHS			13,1	7,3			0,5	0,8
PtdoB		12,4	12,8	8,4		0,3	0,4	0,7
PSL		19,3	20,4	8,5		0,3	0,2	0,5
PRP		11,2	39,6	24,4		0,4	0,2	0,3
PRN	28,0	32,4			0,4	0,1		
PSDC		22,9	7,9	7,3		0,1	0,4	0,2
PRTB		31,0	17,6	8,4		0,1	0,2	0,3
PSTU		37,4	36,9	46,9		0,3	0,1	0,1
PTN		41,5	23,2	15,8		0,1	0,1	0,2
PCB		82,3	68,9	60,2		0,1	0,1	0,1
PCO		36,0	60,1	78,6		0,0	0,0	0,0
TOTAL		12,8	8,6	9,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TSE; Samuels (1997)

Com os dados da Tabela 1 é possível caracterizar os votos nas legendas brasileiras. Por um lado, destacam-se PT e PSDB que entre os maiores partidos brasileiros, são os que apresentam mais votos de legenda. Exceto pelo PSDB em 2006, em todas as outras eleições os votos de legenda compõem mais de 10% dos votos totais dos partidos nas eleições para a Câmara dos Deputados. PFL e PMDB, os dois outros grandes partidos brasileiros apresentam índices significativamente menores.

Um segundo grupo de partidos se destaca pela elevada participação de seus votos de legenda na composição do total de votos válidos. São partidos como PSOL, PSTU, PCB, PCO à esquerda e PRP, PRTB, PTN à direita.

Finalmente o terceiro grupo é composto por partidos que apresentam índices constantemente baixos de voto de legenda, ainda que tenham boas votações nominais. São partidos como o PFL / DEM, o PR, o PTB e o PSB.

Como compreender que as mesmas regras eleitorais, com os mesmos incentivos para o voto personalista, produzam resultados tão discrepantes entre os vários partidos brasileiros? A próxima seção apresenta as respostas para essa pergunta.

Estratégia eleitoral e Identidade partidária

Ainda que seja uma possibilidade presente no sistema eleitoral brasileiro há décadas, o voto de legenda tem atraído pouco interesse dos pesquisadores em Ciência Política. O único trabalho dedicado efetivamente à compreender os resultados obtidos pelas legendas partidárias nas eleições proporcionais no período da Nova República é o artigo de Samuels (1997), *Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil*. Nesse artigo, o autor procura compreender a dinâmica do voto de legenda no país no período imediatamente anterior ao qual nos dedicamos agora (1986-1994) e por isso será tomado aqui como o principal referencial para as discussões que realizaremos.

Segundo o autor, os resultados obtidos pelas legendas partidárias no período 1986-1994 apontam para dois pontos em especial: primeiramente, confirmam a dificuldade que a maioria das legendas brasileiras têm para estruturar o voto dos eleitores em um sistema político historicamente marcado pelo personalismo e no qual as regras do sistema eleitoral oferecem grandes incentivos para o voto “centrado no candidato”; por outro, os padrões diferenciados de votação entre o PT e as demais legendas salientariam a importância que as modalidades de organização do partido têm para a compreensão desse fenômeno.

Como é sabido, a formação do PT e seu desenvolvimento no sistema partidário brasileiro representava uma novidade frente às demais organizações partidárias brasileiras (Meneguello, 1989). Primeiro partido brasileiro a formar-se de maneira semelhante ao modelo clássico de partido de massa duvergeriano (Rodrigues, 1997), o PT estabeleceu modalidades de organização interna e estratégias eleitorais que o diferenciavam das demais organizações partidárias no país. Tais elementos são retomados por Samuels para explicar os vínculos mais sólidos estabelecidos entre o eleitorado petista e o partido nas eleições proporcionais. As estratégias de valorização do partido adotadas pelo PT em sua organização e em sua participação nas eleições, criava laços duradouros entre eleitores e o partido, o que impulsionava seus resultados partidários nas eleições proporcionais.

O fato de que outros pequenos partidos como o PCdoB e o PRONA, tanto à esquerda como à direita, receberem proporções significativas de votos na legenda, confirmava a hipótese testada no caso petista. Eram as estratégias adotadas pelos partidos, que valorizavam a legenda e não os candidatos, as principais fontes para a compreensão dos resultados do voto de legenda no país. O que diferenciava o PT, nesse caso, era o fato de que a estratégia petista era mais duradoura que as dos demais partidos, sedimentando identidade forte entre os eleitores petistas e o partido – o que explica a manutenção da boa votação petista da legenda ao longo dos anos.

“Ao contrário dos outros partidos brasileiros, o PT institucionalizou, ao longo do tempo, um comportamento coeso. Essa estratégia política não só contribuiu para aumentar a votação total do Partido, como também lhe garantiu uma porcentagem de votos de legenda sempre maior que a dos demais partidos. Assim, embora alguns partidos possam eventualmente promover sua legenda, várias razões podem explicar por que o PT conseguiu manter a importância de sua sigla ao longo do tempo: porque institucionalizou uma série de regras internas que valorizam o Partido para cada um de seus membros; porque baseou suas campanhas no trabalho da militância; e porque durante seus primeiros dez anos evitou entrar em coligações eleitorais que poderiam prejudicar o desenvolvimento de sua legenda partidária” (Samuels, 1997, sem página [versão on-line]).

Assim, as conclusões de Samuels apontavam para uma vinculação direta entre a estabilidade de bons resultados dos votos de legenda entre os grandes partidos e estratégias duradouras que produziriam identidade partidária entre esses partidos e seus eleitores:

“Mas se um partido, consistentemente obtém uma alta proporção de votos de legenda, isso indica que ele se estruturou internamente de modo a

basear suas relações com os eleitores não em laços pessoais mas em vínculos organizacionais” (Samuels, 1997, *idem*).

Quinze anos e quatro eleições depois, os argumentos de Samuels permanecem válidos para a compreensão dos resultados dos partidos nos votos de legenda obtidos nas eleições para a Câmara dos Deputados?

Em parte, certamente. Argumentar que as estratégias adotadas são importantes para compreender o porquê certos partidos obtêm proporções relativamente altas de seus votos através da modalidade voto de legenda permanece uma tese totalmente válida para o período atual. A manutenção das boas votações nas legendas dos pequenos partidos à esquerda e à direita no período 1994 – 2010 salientam a centralidade desse fenômeno.

O mesmo pode ser dito em relação ao PT. Ainda que o partido tenha passado por grandes transformações entre os anos 90 e o fim do governo Lula, o partido preservou parte de sua estratégia de valorização da legenda partidária nas campanhas eleitorais no período (Dias, 2005). Mesmo tendo ampliado significativamente seu arco de alianças e adotado uma orientação estratégica de caráter mais *vote-seeking*, o partido manteve elementos organizacionais que o diferenciavam frente aos demais partidos brasileiros (Meneguello & Amaral, 2008).

Contudo, o mesmo argumento não pode ser aplicado ao PSDB. Mesmo que Schmitt, Carneiro e Kuschnir (1999) apontem a ampla utilização de referenciais partidários nas campanhas televisivas do PSDB nas eleições proporcionais de 1994, não se pode dizer que o partido adote estratégias que incentivem o voto partidário em oposição ao voto personalista em suas campanhas (Dias, 2005; Dias e Albuquerque, 2002).

Então temos, primeiramente, que compreender quais os elementos mobilizados pelo eleitorado do PSDB para escolher o voto na legenda do partido nas eleições para Deputado Federal. Entretanto, esse não é o único desafio imposto pelos resultados do PSDB às conclusões de Samuels (1997).

Também o desdobramento de suas conclusões, especificamente a afirmação que a manutenção de altos índices de votação na legenda ao longo do tempo é evidência de que os partidos construíram “vínculos organizacionais” com seus eleitores é algo que merece ser olhado com mais cuidado.

Observando os índices de identidade partidária no Brasil no período, é possível observar a significativa estabilidade desses índices (Carreirão & Kinzo, 2004). Ainda

que a identificação partidária esteja há anos em franco declínio em todo o mundo (Dalton & Weldon, 2007), o caso brasileiro é marcado pela manutenção de índices relativamente baixos de identidade durante toda a Nova República. A Tabela 2 apresenta os resultados de várias pesquisas de tipo survey no período 1989 – 2010 nas quais as questões sobre a identidade partidárias dos eleitores aparecem.

Tabela 2 - Identidade Partidária no Brasil (%) 1989 – 2010

Ano	PT	PMDB	PSDB	PFL	PDT	PPB	Outros	Sem preferência
1989	10	13	1	4	6	5	6	54
1994	15	16	6	4	3	2	3	51
1998	12	12	4	5	2	1	3	61
2002	23	4	4	2	1	0	5	56
2006	18	4	2	4	0	0	1	67
2010	25	3	6	0,5	0	0	0,5	58

Fonte: Carreirão & Kinzo (2004); Veiga (2007); ESEB 2010.

Os dados da tabela aparentemente contradizem as conclusões finais de Samuels (1997). Se até as eleições de 1994 havia simultaneidade entre os bons índices de voto de legenda do PT e sua taxa relativamente alta de identidade partidária, o que permitia ao autor afirmar que a manutenção por longo tempo dos votos de legenda sedimentava vínculos fortes entre partidos e eleitores, os dados relativos aos anos posteriores não confirmam essa hipótese totalmente.

Ainda que a identidade com o PT tenha se elevado e se mantido muito mais significativa que a dos demais partidos, a identidade com o PSDB manteve-se pequena, mesmo com o partido obtendo quase tantos votos de legenda quanto o PT. Apenas nos resultados do ESEB 2010 o PSDB ultrapassa o PMDB e passa a ser o segundo colocado nos índices de identidade partidária no país. E mesmo assim, mantém-se muito longe do PT: enquanto 25% dos brasileiros se declararam petistas em 2010, apenas 6% assumiram serem “tucanos”.

Uma comparação rápida entre a identidade partidária e o voto de legenda para PT e PSDB nos oferece o seguinte quadro: para cada eleitor que se declara tucano, há 4 outros petistas; para cada voto de legenda no PSDB, há apenas 1,17 voto na legenda petista.

Como dito na introdução, como é possível explicar essa aparente incongruência entre os votos de legenda e a identidade partidária dos partidos? Na seção seguinte apresentaremos as respostas.

Estabilidade sem raízes: estruturando o voto do eleitor

Quando o eleitor brasileiro é chamado para votar para Deputado Federal, ele pode escolher entre centenas de candidatos. Os incentivos para que o faça são significativos e a maioria dos eleitores procede de maneira a depositar um voto nominal a um dos candidatos.

Contudo, uma parte dos eleitores no país supera os incentivos ao voto personalista e vota de maneira partidária. Na argumentação de Samuels, a explicação para isso residia na estratégia que os partidos adotavam: partidos que orientavam seus eleitores a votar de maneira partidária obtinham sistematicamente mais votos de legenda que os demais. Quando essa orientação era duradoura e o eleitor passava anos votando na legenda do partido, o partido conseguia desenvolver identidade partidária com seus eleitores.

Como os dados apresentados anteriormente apontam, não é esse o caso do PSDB. O partido não adota estratégias de valorização da legenda nem desenvolveu identidade partidária com seus eleitores. Porque então parte significativa do eleitorado deposita sistematicamente votos na legenda do PSDB quando da eleição dos Deputados Federais em todo o Brasil?

Nossa hipótese é a seguinte: a estruturação da dinâmica política nacional em torno dos dois blocos políticos liderados por PT e PSDB não apenas estrutura os padrões de competição e cooperação interpartidária no país mas também estrutura a forma pela qual o eleitor compreende a política nacional. Nesse sentido, parte dos eleitores se posiciona na política a partir de sua posição relativa à bipolaridade ao nível presidencial. Para esses eleitores, o voto sistemático na legenda do PSDB não é fruto de uma identidade forte, fruto de “vínculos organizacionais” com o partido ou de reações de curto prazo às estratégias adotadas pela legenda em sua campanha.

A nosso ver, a única forma de compreender a incongruência entre os votos de legenda obtidos pelo PSDB e as expectativas da literatura referentes às suas possibilidades nessa modalidade de voto é a incorporação da explicação que assume que o posicionamento do PSDB na disputa política nacional tem impacto sobre a forma como parte do eleitorado se posiciona nas eleições. Esses eleitores estabelecem uma identidade difusa com o partido – que não é expressa nas pesquisas de tipo survey – mas

que é eficaz para que o eleitor se posicione no cenário político nacional. Vejamos isso melhor.

Desde a retomada da democracia brasileira após o fim do período militar, as discussões sobre a consolidação democrática no país têm estado presente na ciência política nacional. Uma das dimensões centrais desse processo de consolidação é a institucionalização de um sistema partidário que garanta estabilidade aos governos, representação aos interesses no parlamento e que ofereça ao eleitor as condições para se posicionar no processo político.

Como aponta Melo (2007), as discussões sobre a institucionalização do sistema de partidos formado no Brasil entre 1979 e 1989⁵ apontam para cenários diferenciados no interior de um mesmo sistema de partidos. Por um lado, a estabilização dos padrões de disputa e dos principais atores políticos nacionais é decisiva para a institucionalização do sistema partidário brasileiro⁶. Ao mesmo tempo, a capacidade que os partidos têm de controlar o processo político no parlamento, fazer funcionar eficazmente as coalizões de governo (Figueiredo & Limongi, 2001) e organizar a composições do governo nacional (Meneguello, 1998) são evidências que autores brasileiros encontraram e que indicam a consolidação dos partidos no país como elementos fundamentais do funcionamento político no país.

Por outro lado, a baixa identidade entre os partidos e os eleitores e a fragilidade organizativa dos partidos políticos indicam que mesmo 26 anos após a retomada do regime democrático de governo, os partidos ainda têm dificuldades significativas em estabelecer vínculos sólidos com os eleitores e estruturar seu comportamento político (Mainwaring, 2001).

Nesse mesmo sentido, Zucco Jr. (2009), analisando o processo de institucionalização do sistema de partidos no Brasil afirma que o país atingiu um estado de “estabilidade sem raízes”, constituído por partidos estáveis, alguns deles com grande força eleitoral, capacidade de controle das bancadas e formação de governo, mas com

⁵ Em 1979 houve uma reforma partidária ainda sob a Ditadura que encerrou o bipartidarismo imposto em 1966. Entre 1985 e 1988, várias medidas do parlamento sob a democracia flexibilizaram as regras para a formação de novos partidos, o que permitiu o surgimento de vários novos partidos no cenário.

⁶ Mainwaring (2001), que foi o autor que estabeleceu inicialmente os parâmetros para a análise da institucionalização dos sistemas partidários em novas democracias, inclui a exigência de durabilidade e estabilidade de um sistema na sua própria definição de sistema institucionalizado. Segundo o autor, institucionalizado é o sistema partidário no qual os participantes da política são capazes de prever quais os parâmetros da disputa – principais atores, regras eleitorais – em um futuro próximo.

enormes dificuldades organizativas para estabelecer vínculos sólidos com o eleitorado. Na metáfora do autor, os partidos brasileiros seriam “hidropônicos”.

De fato, os dados apontados na seção anterior reafirmam a dificuldade dos partidos brasileiros em fincar raízes no eleitorado. A baixa identidade partidária que tem sido observada no país em todo o recente período democrático é a evidência mais forte nesse sentido.

Contudo, como temos apontado desde o início, os votos obtidos pelas legendas partidárias brasileiras são um elemento importante para medir a força dos partidos no país e têm sido deixados de lado pela ciência política nacional que compreende o desenvolvimento de nosso sistema partidário.

A afirmação que vimos desenvolvendo no trabalho é fruto da curiosidade perante esse cenário de partidos sem raízes e dinâmica estável de disputa eleitoral ao nível das eleições presidenciais. Ainda que os votos de legenda não reflitam diretamente os resultados obtidos em pesquisas de survey relativas à identidade partidária dos brasileiros, é evidente que os resultados desse tipo de voto estão vinculados ao desenvolvimento da política nacional.

PT e PSDB são os dois partidos que têm estruturado a vida político-partidária nacional. Em trabalho anterior apontamos como o processo de formação de coligações eleitorais para as candidaturas petista e tucana para a Presidência da República exerceram efeito estruturante sobre o sistema partidário, concentrando as bases partidário-eleitorais do multipartidarismo brasileiro em torno de dois blocos políticos, um sob a liderança do PSDB e outro sob a liderança do PT (Bizzarro Neto, 2010).

Na mesma direção, Cortez (2009) demonstrou como a capacidade de coordenação pré-eleitoral dos dois partidos permitiu que organizassem apoios político-partidários não apenas ao nível federal, mas também organizando as disputas estaduais, produzindo um fenômeno de replicação da dinâmica estabelecida ao nível nacional também nas disputas subnacionais. Meneguello (2010), observando o mesmo fenômeno, o caracterizaria como a “presidencialização da política”.

Dessa forma, é possível afirmar que a dinâmica política estabelecida ao nível das eleições presidenciais tem estruturado parte significativa das interações entre os partidos no Brasil. Um dos desdobramentos possíveis dessa afirmação é a expectativa de que ao produzir um efeito estruturante sobre o jogo da política, a dinâmica de disputa bipolarizada PT x PSDB produza um efeito estruturante também sobre a percepção que o eleitor tem do processo político.

Em outras palavras, a estabilidade do processo político nacional nos últimos 17 anos e a centralidade histórica que a Presidência da República tem no cenário político nacional (Meneguello, 2007), pode ter também estruturado o entendimento que o eleitorado tem dos processos políticos em todo o país.

Nesse sentido, o argumento aqui desenvolvido evoca a argumentação de Downs ([1959] 1999). Quando o eleitor é chamado a votar para Deputado Federal, ainda que os incentivos para o voto personalista sejam grandes, tem que pagar um custo de informação bastante alto para produzir um juízo político adequado às suas expectativas. São centenas de candidatos nos maiores colégios eleitorais do país disputando o voto do eleitor. Nessas situações, nas quais os custos de informações sobre os candidatos são elevados, Downs afirma a possibilidade de que o eleitor utilize as informações que dispõe sobre os partidos políticos como atalhos para a escolha.

O que pretendíamos demonstrar aqui é que a incongruência entre os votos de legenda e a identidade partidária pode ser fruto justamente de ações como as previstas no modelo downsiano. Não se trata no caso do PSDB de uma identidade partidária forte entre os eleitores e o partido⁷, mas de um atalho para o eleitor se posicionar na política nacional. Ao ser chamado para votar para Deputado, o eleitor toma o atalho de votar no partido de seu candidato a Presidente.

Nesse sentido, a boa votação do PRONA em 1994, do PPS em 1998, do PDT em 2006 e do PV em 2010 podem ser igualmente compreendidas. Ainda que sejam partidos muito diferentes, com estratégias eleitorais diferenciadas, podemos argumentar que os bons resultados obtidos pelas legendas partidárias nas eleições que os partidos lançaram candidatos competitivos à Presidência da República são também fruto dessa dinâmica que os eleitores brasileiros têm adotado. Ao votar em Deputados Federais, parte dos eleitores desses partidos tomou o atalho de votar diretamente na legenda do candidato à Presidente de sua preferência.

Finalmente, seria possível retomar o artigo de Samuels para uma última questão. Assumir que os votos de legenda não sejam fruto exclusivamente da estratégia dos partidos, mas também da vinculação estabelecida pelo eleitor entre os diferentes níveis da política nacional, não nos obriga de imediato a negar o desdobramento da conclusão do autor. Como afirmamos, tal desdobramento consistia em argumentar que eleitores

⁷ Aquilo que o modelo da escolha racional constrói como a situação de muita preferência por um dos partidos e indiferença em relação aos demais entre si (Figueiredo, 2008).

que votam na legenda dos partidos ao longo de muitos anos desenvolvem identidade partidária com as legendas nas quais votam.

De fato, não se pode negar, de imediato, que é plausível a expectativa de que eleitores que votam sistematicamente na legenda do PSDB desenvolveriam identidade com o partido. O ponto central é, por que isso não acontece?

Nesse ponto a argumentação de Samuels retoma com força para nos lembrar que o estabelecimento de identidade partidária forte entre eleitores e partidos é decorrente do estabelecimento de vínculos organizacionais estáveis entre ambos. O PSDB não é um partido que se notabiliza pela sua organização de base. Pelo contrário, é um partido formado nos modelos de partidos de quadros, fruto do rompimento entre sua liderança parlamentar e o partido ao qual estava anteriormente filiada, o PMDB (Roma, 2002). Nesse sentido, novas pesquisas sobre o eleitorado tucano poderiam tentar compreender que tipo de identidade se desenvolve entre seu eleitorado fiel e o partido. Seria uma “identidade difusa”, nos mesmos moldes da identidade estabelecida entre os eleitores das grandes cidades e o MDB na década de 70 (Lamounier, 1980)?

Creemos que os dados apresentados apontam para uma resposta positiva para essa questão. Não seria o caso de uma identidade partidária forte, estabelecida a partir de vínculos substantivos entre o partido e o eleitorado, mas sim uma identidade difusa, fruto do posicionamento do eleitorado frente à política nacional e a proximidade entre esse posicionamento e o status do partido no cenário político nacional.

Bibliografia

BIZZARRO NETO, F. A. *Bases Institucionais do Presidencialismo Brasileiro: Institucionalização Sistêmica e Estruturação (1994-2002)*. Monografia apresentada no IFCH/UNICAMP sob orientação da Profa. Dra. Rachel Meneguello, 2010.

CARREIRÃO, Y. S., KINZO, M. D. G.. “Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)”. *Dados*, 47(1): 131-167, 2004.

CORTEZ, R. D. P.. *Eleições Majoritárias e Entrada Estratégica no Sistema Partidário-Eleitoral Brasileiro (1989-2006)*. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, USP, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Limongi, 2009.

DALTON, R. J., WELDON, S. “Partisanship and Party System Institutionalization”. *Party Politics*, n.16, Novembro, pp.801-820, 2007.

DIAS, M. R., “Projeção da imagem partidária nas estratégias de campanha na televisão: uma análise do HGPE 2002”. *Dados*, 48(1):149-187, jan.-mar. 2005.

DIAS, M. R.; ALBUQUERQUE, A.. “Propaganda Política e a Construção da Imagem Partidária no Brasil”. *Civitas*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 309-326, 2002.

DOWNS, A. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo: FGV, 2001.

FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

LAMOUNIER, B.. O Voto em São Paulo, 1970-1978. In: _____ (org.). *Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil: 1970-1979*. São Paulo: Vozes, CEBRAP, 1980.

MAINWARING, S. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MELO, C. R.. Nem Tanto ao mar, Nem tanto à terra: Elementos para uma análise do sistema político brasileiro. In: MELO, C. R. ; SÁEZ, M. A. (Org.). *A Democracia Brasileira. Balanço e Perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

MENEGUELLO, R. *PT: A Formação de um Partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. *Partidos e Governos No Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998

_____. Tendências Eleitorais ao fim de 21 anos de democracia. In: MELO, C. R. ; SÁEZ, M. A. (Org.). *A Democracia Brasileira. Balanço e Perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

_____. Sistema político, dinâmica partidária e a lógica de coalizões In: IPEA: *Estado, Instituições e Democracia*. 2010.

MENEGUELLO, R., AMARAL, O. E. “Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil”. Occasional Paper Number BSP-02-08 – Brazilian Studies Programme, Latin American Centre, University of Oxford. Disponível em: <http://www.brazil.ox.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0007/10051/BSP-02-08.pdf> Acesso em: 02 mar. 2009.

NICOLAU, J. *Sistemas Eleitorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RODRIGUES, L. PT: a New Actor in Brazilian Politics. In. DEVOTO, F., DI TELLA, T. (org.) *Political Culture, Social movement and democratic transition in South America in the 20th century*. Milao: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 1997.

ROMA, Celso. “A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999”. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.17, n.49, pp. 71-92, 2002.

SAMUELS, D. J. “Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil”. *Dados*. Rio de Janeiro, 40 (30), Iuperj, 1997. Versão On-line disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000300008&script=sci_arttext. Acessado em 15/05/2011 às 14h31min.

SCHMITT, Rogério, CARNEIRO, Leandro P. e KUSCHNIR, Karina. (1999), “Estratégia de Campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em Eleições Proporcionais”. *Dados*, vol. 42, nº 2, pp. 277-301.

TAVARES, J. G.. *Sistemas Eleitorais nas democracias contemporâneas: teorias, instituições e estratégias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

VEIGA, L. “Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002”. *Opin. Publica*. 2007, vol.13, n.2, pp. 340-365.

ZUCCO JR., C. “Stability Without Roots: Party System Institutionalization in Brazil”. Paper. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~zucco/papers/cidob.main-revised.pdf>.